

Saúde do DF está em fase terminal

Carência de recursos humanos, financeiros e materiais, sem contar o excesso de atendimentos feitos algumas vezes em precárias instalações hospitalares. "O quadro é grave", define o próprio secretário de Saúde, João de Abreu, que há quatro meses tem a responsabilidade sobre uma demanda superior a 300 mil doentes/ mês, todos a cobrar qualidade, eficiência e humanidade nos 12 hospitais públicos e mais de 50 centros e postos de saúde de todo o DF.

Aos 35 anos, com um modelo de assistência único no País, Brasília poderia oferecer excelentes serviços médicos à população, mas, segundo Abreu, enfrenta dificuldades com dívidas — em janeiro o total era de R\$ 13 milhões —, crises de desabastecimento de remédios e elevadas despesas de manutenção e custeio, que por mês chegam a R\$

12 milhões. A metade disso vai para pagar empresas prestadoras de serviços, como alimentação, limpeza e vigilância.

Apesar de já ter conseguido quitar boa parte do débito — hoje caiu para R\$ 1,8 milhão — a capital precisa dispor de, no mínimo, R\$ 58 milhões para recuperar a rede. O déficit de pessoal em especialidades essenciais é grande, mas por causa do salário médio hoje pago a um médico por 24 horas/semanais — cerca R\$ 1 mil — fica difícil compensar o que falta. Só na clínica médica, os atuais 411 precisam de um reforço de, pelo menos, mais 289. Pediatras são 503 quando o ideal seria 745.

Faltam ainda 800 enfermeiros e 3.100 auxiliares. Hospital de Base, por exemplo, o líder brasileiro em número de transplantes com

doadores cadávares, só tem um especialista no laboratório que define as chances de uma doação acontecer. Se ele ficar doente, o órgão a ser transplantado pode ser inutilizado. Enquanto isso, emergências estão lotadas e ambulatorios sobrecarregados. Em janeiro e fevereiro, a rede atendeu 694 mil 916 pacientes.

Socorro — Desde o início do ano, a "operação saúde" é quase de guerra. A compra de equipamentos foi bloqueada para não faltar medicamento. O que vem do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, é proporcional à população, só que Brasília não assiste apenas aos brasileiros. São por mês R\$ 7,1 milhões da União e R\$ 4,2 milhões do GDF, que desde janeiro tem conseguido liberar R\$ 8,2 milhões para o setor, com a intenção de equilibrar as contas.

Todos procuram o Hospital de Base

Apenas cinco meses mais novo que a capital, o Hospital de Base, antigo Hospital Distrital, é, hoje, um dos retratos mais fiéis do significado e importância de Brasília enquanto pólo de atração de imigrantes — uma categoria especial de pessoas que compõem o mais sério êxodo, ou seja, o da busca pela saúde. Por ser o mais completo da rede pública nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, recebe diariamente ambulâncias "estrangeiras" com doentes que não pode recusar. Só em março foram quase 40 mil — 60% não-residentes no DF.

Há três meses na direção, há quatro anos convivendo com o dia-a-dia do hospital, o médico Fernando Miziara, avalia a situação do HBDF praticamente às vésperas de completar — como a cidade — 35 anos. "Para melhorar o quadro, a primeira providência é conseguir autonomia administrativa e financeira", comenta. Com 3 mil 175 funcionários para controlar, dos quais 501 médicos, 197 enfermeiros e mil 094 auxiliares, Miziara confessa que "faz o que pode" para atender aos mais de 600 pacientes que procuram o pronto-socorro, a cada dia, sem contar ambulatorios e cirurgias.

Por ser de nível terciário, especial para casos graves, hoje o HBDF só não faz partos. "O resto a gente resolve, mesmo com todos os problemas", completa. Por mês, o ambulatorio consulta cerca de 20 mil pessoas e no PS quase a mesma quantidade. Em março, foram 19 mil 272, desde acidentados de trânsito até vítimas de pequenos ferimentos, solucionáveis em centros e hospitais regionais. Pelo menos 80% dos casos não são de urgência. A questão, segundo médicos do hospital, é que já existe a "cultura" de transferir para o HBDF.

Incidência maior está no coração

Apesar de ter indicadores de saúde positivos, segundo reconhece o próprio Ministério da Saúde, comparados até a países mais evoluídos que o Brasil, Brasília carrega os mesmos males que matam cada vez mais nas grandes capitais com o passar dos anos. A população da capital também sofre com os abalos do aparelho circulatório, responsáveis por 27,7% das mortes, seguido pelos acidentes de trânsito e demais causas externas, como os homicídios, com 19,9% do total registrado em 1993.

Segundo a coordenadora do Programa de Vigilância Epidemiológica do Departamento de Saúde Pública (DSP), Ivone, Perez, no que diz respeito aos aspectos "controláveis", Brasília "vai bem, obrigada". Exemplo é o resultado dos programas de imunização contra doenças transmissíveis, todas praticamente erradicadas. Raiva humana a capital não sabe o que é desde 1978.

Plano acolhe doente do Entorno

Brasília não rejeita doentes. Quem vem de fora sabe disso e enfrenta todos os tipos de dificuldades, transporte à falta de dinheiro para se manter numa cidade estranha. A região do Entorno é, sem dúvida, a que mais contribui com a sobrecarga dos hospitais, mas o Norte e Nordeste do País não deixam de enviar os adoentados em busca de tratamento. "É uma situação complicada de evitar, uma vez que as pessoas buscam aqui e que não têm em sua origem", admite o secretário de Saúde.

Para minimizar os efeitos sobre os serviços de pronto-socorro e ambulatorio, o governo do DF é obrigado a se responsabilizar pela manutenção de pessoal e estoque de medicamentos nos municípios de Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás e Luziânia. A despesa com esses convênios atinge hoje R\$ 600 mil/mês. "Não adianta nada, as pessoas vêm do mesmo jeito", lamenta João de

Abreu.

No Hospital Regional do Gama, pelo menos 60% dos partos realizados mensalmente são de mulheres não-residentes na cidade. "Nem o pré-natal elas têm no Entorno", critica o secretário. Abreu acrescenta que em função do crescimento populacional de 19% ao ano nestas cidades, ao invés dos 42 mil partos de 1994, este ano o total atingirá, no mínimo, 46 mil em toda a rede.

Para as prefeituras municipais, a capital tem obrigações para com seus habitantes, uma vez que é em Brasília que trabalham. Alegam que a população apenas dorme no Entorno. Abreu reconhece que, mesmo com os problemas, o DF pode ser considerado privilegiado em número de unidades hospitalares, em comparação a localidades em que a carência é "terrível", como define. "A partir de agora vamos cobrar compromissos dos prefeitos", completa.